

Mulheres e famílias operárias: a «esposa doméstica»

1. A QUESTÃO DA «ESPOSA DOMÉSTICA»

Tema emblemático da literatura especializada sobre a família operária, procuramos questionar neste artigo a realidade da «esposa doméstica». Porque se trata de um produto histórico da revolução industrial, referimo-la aqui a um recanto particular da sociedade portuguesa: o Barreiro, exemplo de uma experiência de industrialização longa de décadas, sustentada por um conjunto diversificado de grandes indústrias (dos transportes à química adubeira, passando pela corticeira, a têxtil pesada e a metalomecânica), experiência que produz também uma enorme concentração espacial de população. E abordamo-la, depois, não numa perspectiva macrosocial, que privilegia o seu enquadramento e significado para o sistema económico de um país, mas antes do ponto de vista da família e do grupo doméstico.

Em publicações anteriores sublinhámos o facto de a família operária constituir não só um objecto marginal de conhecimento científico no discurso dominante das ciências sociais, como também de pesar sobre ela um pressuposto teórico que a considera um produto híbrido e atípico face a outros modelos familiares, pelo contrário puros e genuínos, próprios de outros grupos sociais¹. Na verdade, a família operária surge, as mais das vezes, como o resultado de um processo lógico de dedução cujo ponto de partida se situa, não na realidade, mas num modelo construído para outro grupo social. Assim, e através de um conjunto de operações lógicas e simples, nem sempre completadas ou apoiadas por um sério controlo empírico, constroem-se os vários tipos de famílias operárias.

Dois do que então estudámos, a «família-cópia» e a «família disciplinada», obtêm-se justamente através de um processo de dedução por conformismo. A família burguesa, ponto de referência primeiro, seria um produto original com características e fronteiras próprias, definindo-se a família operária em conformidade com esse modelo genuíno, já que a classe burguesa passa a ser económica e (ou) ideologicamente dominante nas sociedades saídas da revolução industrial. O processo por que se faz a circulação

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Ana Nunes de Almeida, «A fábrica e a família — para uma sociologia das famílias operárias», in *Análise Social*, 1986, 22 (91), pp. 279-312.

dos padrões de vida familiar entre emissores (burgueses) e receptores (operários) é, todavia, encarado diferentemente num ou noutro caso. A «família-cópia» resultaria de um processo natural de difusão de práticas e representações familiares do topo para a base da pirâmide social². A «família disciplinada», por seu lado, seria o produto de uma tecnologia de poder. Trata-se aqui de um conformismo inculcado, isto é, imposto através de uma teia histórica de relações informais e dispositivos de poder que procuram domesticar o corpo e o quotidiano das classes trabalhadoras urbanas a partir do século XVIII³.

O surgimento da figura da «doméstica» em meios populares é, assim, fundamentalmente encarado, por estas duas perspectivas, como uma imitação de um modelo e o resultado de uma importação de normas que, afinal, lhes são exteriores: o modelo intimista e privado da próspera família burguesa que desperta nas sociedades oitocentistas. Um dos seus mais sugestivos indícios, num contexto em que a casa vira costas à rua e nela se passa a resguardar a inviolável vida familiar, é precisamente uma distribuição diferenciada e funcional dos sexos e dos grupos de idade pelos dois espaços privado e público. A esposa retira-se do mundo laboral e permanece em casa, consagrada à organização do trabalho doméstico, dedicada aos filhos e à representação estatutária da família; o homem mantém-se no mercado de trabalho, na empresa e na fábrica, único responsável pelo sustento financeiro de todos; finalmente, a criança, entre outras crianças, entra na escola. No que constitui uma verdadeira excepção histórica, esta família burguesa inaugura portanto, no interior do grupo doméstico, a clivagem ideológica entre membros produtivos e não produtivos, activos e não activos, ao mesmo tempo que constitui a natureza e a virtude femininas como sinónimos exclusivos de domesticidade⁴. É este o modelo de divisão do trabalho familiar que,

² E leiam-se, por exemplo: P. H. Chombart de Lauwe et. al., *La femme dans la société — son image dans différents milieux sociaux*, Paris, CNRS, 1967; M. Komarovsky, *Blue Collar Marriage*, Nova Iorque, Vintage Books, 1957; L. Stone, *The Family Sex and Marriage in England, 1500-1800*, Nova Iorque, Harper Colophon Books, 1979; P. Willmott and Michael Young, *The Symmetrical Family — Study of Work and Leisure in the London Region*, Harmondsworth, Penguin Books, 1973.

³ Esta linha de investigação foi profundamente marcada pelos trabalhos pioneiros de M. Foucault em, designadamente; M. Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, TEL-Gallimard, 1972; *Surveiller et punir — naissance de la prison*, Paris, Gallimard, 1975; *La volonté de savoir — histoire de la sexualité*, 1, Paris, Gallimard, 1976; cf. também L. Boltanski, *Prime éducation et morale de classe*, Paris, Mouton, 1969, J. Donzelot, *La police des familles*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977, e P. Frisch e I. Joseph, *Disciplines à domicile*, Paris, Recherches, 1977.

⁴ Um grande número de trabalhos têm sido publicados acerca da «doméstica», enquanto personagem criada pela revolução industrial. Para a caracterização desta figura, ler, por exemplo: A. Oakley, *Woman's Work — The Housewife, Past and Present*, Nova Iorque, Vintage Books, 1974; K. Blunden, *Le travail et la vertu — femmes au foyer: une mystification de la révolution industrielle*, Paris, Payot, 1982; A. Michel, *Les femmes dans la société marchande*, Paris, PUF, 1978; A. Testart, «Le travail domestique, la force de travail et les femmes», in *Les temps modernes*, 1982 (426), pp. 1139-1186; F. Bourgeois et. al., «Travail domestique et famille du capitalisme», in *Critiques de l'économie politique*, 1978, pp. 3-23.

mais ou menos rapidamente, se viria a difundir ou a impor entre as classes populares e, designadamente, entre os operários industriais. Sugestivo sinal que confirmaria a dependência cultural e o «sobreconformismo»⁵ das classes de baixo relativamente às classes do topo. E que as evidências estatísticas tendem a reforçar: ainda hoje, e comparativamente a outros meios sociais, é entre os operários que encontramos as mais elevadas taxas de inatividade feminina⁶.

2. FÁBRICAS E FAMÍLIAS OPERÁRIAS NO BARREIRO

No âmbito de um projecto mais vasto que realizámos sobre a fábrica e a família no Barreiro⁷, o estudo em profundidade das estratégias familiares de dois grupos operários locais, corticeiros e operários da Companhia União Fabril, em dois tempos dessa longa experiência de industrialização (anos 20 e meados do século, respectivamente), permitiu-nos problematizar algumas das teses que acabamos de referir. E devemos sublinhar que o facto de o operariado não constituir um grupo perfeitamente homogéneo (mesmo se nos reportarmos exclusivamente ao caso do Barreiro⁸) nos coloca, desde logo, perante a hipótese de que a figura da «doméstica» não surja, nesse grupo, com contornos únicos.

2.1. FABRICOS E OPERÁRIOS CORTICEIROS

Nos anos 20, os operários corticeiros da vila ribeirinha excedem seguramente o milhar⁹. Representam então cerca de um terço do total da popula-

⁵ A tese do «sobreconformismo [*sur-conformisme*] familiar» da classe operária, por exemplo no que toca ao casamento e à procriação, é frequentemente defendida por um autor como J. Kellernais [cf. «Dimensions familiales de la stratification», in *Revue française de sociologie*, 1974, 15, pp. 459-486, J. Kellernais *et. al.*, «Stratification sociale, types d'interactions dans la famille et justice distributive», in *Revue française de sociologie*, 1987, 28, pp. 217-240, e J. Kellernais e G. Steinauer, «Système de marché, de classes et systèmes de mariage: analyse de trois ensembles normatifs», in *Revue suisse de sociologie*, 1976, 2 (3), pp. 19-63].

⁶ Notemos, porém, que a realidade do trabalho feminino fora de casa nem sempre é fielmente reproduzida nas estatísticas oficiais de um país, já que muitas vezes corresponde a uma actividade irregular, precária e sem enquadramento formal. O recurso e a leitura dessas fontes impõem, obviamente, alguma prudência. As estimativas da «actividade feminina» são-no, provavelmente, por defeito.

No caso português, e ressaltando este obstáculo, podemos dizer que, apesar do crescimento contínuo da população activa feminina desde 1970, na década de 80 havia entre 100 mulheres cerca de 63 que eram domésticas.

⁷ Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a Família — Famílias Operárias no Barreiro* (dissertação de doutoramento em Sociologia), Lisboa, ISCTE, 1990.

⁸ Origem social, sexo, idade, níveis de remuneração, habilitação escolar, qualificação profissional, por exemplo, são alguns dos mais importantes factores dessa diversidade no caso do Barreiro.

⁹ O total de indivíduos com profissão que o *Recenseamento Geral da População de 1930*, por exemplo, regista a trabalhar no sector da «cortiça» é de 1088 indivíduos, entre homens e mulheres. É certamente uma estimativa por defeito, dada a própria natureza precária deste trabalho e a considerável mobilidade do corticeiro por outros sectores de actividade local.

ção activa com profissão na indústria transformadora do concelho. Da dimensão familiar e pequena à muito grande dimensão¹⁰, os múltiplos fabrilcos de cortiça espalham-se desordenadamente pelas apertadas ruas da vila. Grandes barracões propositadamente construídos para o efeito ou antigos edifícios de quintas adaptados a novas funções, eles acolhem uma numerosíssima e heterogénea população operária — adulta ou menor. Não sem razão, os velhos operários locais consideram hoje que foi «a cortiça, juntamente com a Companhia União Fabril, a indústria que deu a alma ao Barreiro»¹¹.

A classe corticeira debate-se, porém, com uma gravíssima crise de trabalho ligada, em parte, às vicissitudes que atravessa o comércio externo português na instável conjuntura internacional do primeiro pós-guerra. O firme protecçãoismo aduaneiro posto em prática nos países estrangeiros compradores dos produtos de cortiça portuguesa, a perda de grandes mercados consumidores (como o da Rússia), a promulgação da lei seca na América do Norte e em alguns países escandinavos, a concorrência da cortiça norte-africana, que inunda o mercado europeu, são os factores que a imprensa local mais frequentemente aponta para explicar essa crise. Mas a estas condicionantes juntam-se ainda outras. A exportação da cortiça em prancha ou dos quadros (em detrimento de produtos manufacturados), o aumento dos custos da matéria-prima, a mecanização dos processos de trabalho, a entrada indiscriminada de mulheres e menores para as fábricas, contribuem ainda, na óptica dos dirigentes operários, para agravar a lenta agonia da classe corticeira. Mantendo-se numa clara atitude defensiva, e apesar dos sucessivos gritos de alerta, esta irá, de facto, perder o desafio do progresso industrial¹².

¹⁰ Secundando a instalação das oficinas do Sul e Sueste na vila ribeirinha em 1861, data de 1865 a primeira notícia que encontramos sobre a existência local de uma fábrica de cortiça (cf. A. Gomes de Araújo, «Duas palavras sobre o estado agrícola do concelho do Barreiro», in *Um Olhar sobre o Barreiro*, 1986, 4, p. 39). Sem contarmos com as dezenas de pequenos fabrilcos e depósitos que enchem os barracões e os armazéns das apertadas ruas do velho Barreiro, a vila conta em 1928 com «mais de 40 fábricas de cortiça em prancha, quadros e rolhas» (*O Eco do Barreiro*, 15 de Setembro de 1928). Entre as maiores e mais antigas contam-se: a Herold e Companhia, estabelecida desde pelo menos 1893 no sítio da Recosta; a Sociedade Nacional de Cortiças, dos irmãos Reynolds, na magnífica Quinta do Braamcamp. Mais recentes, assinalemos a Barreira e C.^a, Irmãos (na Quinta Pequena), a Ferreira Filipe, L.^{da} (na Quinta da Maceda), e a Cantinhos e Marques, L.^{da}

¹¹ Entrevista 37, José António, Fevereiro de 1988.

A primeira fase da investigação no terreno consistiu na realização de 71 histórias de vida de antigos operários barreirenses, homens e mulheres, operários que viveram a curva ascendente do progresso industrial naquele concelho (38 na CUF, 11 nos Caminhos de Ferro, 12 na cortiça, 10 em outros sectores de actividade, como a pesca, a cordoaria, a costura e a construção civil). Reconstituímos, lado a lado, do passado para o presente, experiências concretas de trabalho e genealogias familiares. As entrevistas foram todas realizadas e gravadas no Barreiro durante os meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio de 1988.

¹² Quer a imprensa local, quer a operária, focam constantemente este drama (cf., por exemplo, os seguintes jornais: *O Mundo Corticeiro*, *O Corticeiro*, *Ação* e *O Eco do Barreiro*).

A relação que este grupo operário mantém com a fábrica é precária, frágil e intermitente. A mão-de-obra corticeira, constituída por adultos e crianças, homens e mulheres, em maioria analfabetos, caracteriza-se por uma acentuada mobilidade profissional horizontal, sujeitando-se a um agitado vaivém entre os numerosos patrões e os vários fabricos de cortiça locais, ou ainda entre um conjunto de ocupações igualmente precárias oferecidas por outros sectores de actividade local. Estes operários recebem, irregularmente, salários muito baixos e não beneficiam de qualquer forma de assistência. Portadores frequentes de uma origem rural, os corticeiros mantêm, assim, pela própria natureza sinuosa das suas trajectórias profissionais, mas também por via do casamento, relações abertas e diversificadas com outros universos profissionais (por exemplo, o dos pescadores, o dos artesãos, o dos «trabalhadores»¹³ em geral da vila ribeirinha).

Sustentando-se na rede mais vasta de parentesco, o grupo doméstico corticeiro¹⁴ põe em prática uma estratégia familiar de sobrevivência que consiste, fundamentalmente, numa gestão da penúria a curto termo. O seu objectivo primeiro é o de assegurar, independentemente do sexo ou da idade, a colocação rápida e constante de todos os seus membros no mercado de trabalho local, juntando depois, numa bolsa comum, o maior número possível de salários. Estamos em presença de uma «economia familiar salarial»¹⁵. A vida é portanto, para todos, «muito ingrata». Ninguém podia exactamente prever «o que seria o dia de amanhã». José Contento, natural do Seixal, hoje reformado, com 77 anos, corticeiro na fábrica Barreiras desde os 21 anos, relembra o «tormento» que a mãe passava num quotidiano «arrastado». Comprava sempre «a fiado»: «Naquele tempo ganhava-se 10. Mas fazia-se despesa de 12. Ficava-se a dever 2. A outra semana fazia-se despesa de 14, pagava-se 12, ficava mais 2. Chegava ao fim de um mês ou dois que o merceiro dizia: 'Eu não posso dar mais nada!' Mudava-se para outro. E a vida era sempre uma vida de [...] tapava aqui, destapava ali¹⁶.» Tapar aqui, destapar ali: precariedade, insegurança e imprevisibilidade são características dominantes do quotidiano material destas famílias operárias.

A entrada das crianças na fábrica ou num diversificado mercado local de trabalhos infantis é generalizada e precoce, da mesma maneira que é relati-

¹³ Neste universo operário do Barreiro, a palavra «trabalhador» refere-se estritamente a um contingente de mão-de-obra numerosa, itinerante, desqualificada, sem recursos escolares, que, sem contrato, sazonal ou regularmente, realiza na CUF uma grande variedade de trabalhos que unanimemente se consideram «ingratos» — nos adubos, nos cais, nomeadamente. Ao contrário do operário (corticeiro, por exemplo), o «trabalhador» não possui um ofício específico nem lhe é atribuído um local de trabalho definitivo. Não tem, afinal, uma identidade profissional; nos mais diversos locais, com diferentes matérias-primas, os seus braços fazem de tudo um pouco.

¹⁴ Para os fins práticos da investigação, o «grupo doméstico corticeiro» foi operacionalmente definido como aquele em que, num dado momento do ciclo de vida familiar, um pelo menos dos dois cônjuges exerce o ofício de corticeiro num fabrico local.

¹⁵ Veja-se L. Tilly e J. Scott, *Women, Work and Family*, Nova Iorque, Halt, Rinehart and Winston, 1978.

¹⁶ Entrevista 44, José Contento, Março de 1988.

vamente indiscriminado o ingresso de marido e mulher na indústria. Neste contexto, pode, de facto, compreender-se não só a predominância de estratégias de fecundidade múltipla, como ainda a relutância dos pais em enviarem os filhos à escola. E também como a figura da doméstica, a tempo inteiro, no seu sentido burguês, é completamente estranha a este modelo. Numa família corticeira, pressionada pelo imperativo da sobrevivência quotidiana, marido e mulher deitam mãos à obra. Trazer salários para casa é um imperativo para todos.

2.2. MARIDO E MULHER NA FÁBRICA: MÃOS À OBRA

Do ponto de vista da divisão do trabalho conjugal, esta família corticeira nem é uma família parsoniana nem tão-pouco uma família simétrica¹⁷. O modelo da divisão do trabalho entre os sexos nestes grupos domésticos recorre a dois princípios de natureza oposta: um primeiro, que consagra a reciprocidade e a indiferenciação das tarefas fora da esfera doméstica, e outro, que, dentro dela, produz diferença e separação. A mulher casada pode desempenhar, e desempenha frequentemente, fora de casa, um papel instrumental importante para a sobrevivência material do grupo doméstico. Mas também não existe entre os papéis conjugais uma simetria perfeita: próximos e iguais perante o trabalho na fábrica, os dois sexos separam-se completamente no domínio da produção doméstica.

A regra da reciprocidade no exterior admite, contudo, alguns desvios na prática. Desvios que surgem em estreita convivência com o desenrolar do ciclo de vida familiar. As mulheres, numa fase de maternidade activa, podem, em alguns casos, prescindir, passageira ou definitivamente, do emprego na fábrica. É esta, aliás, a fase em que, do ponto de vista da sua sobrevivência material, o grupo doméstico se apresenta mais vulnerável. O marido tem então de ganhar para o sustento da mulher e de todos os seus filhos muito pequenos, ainda retidos em casa. Na verdade, e não havendo familiares que possam cuidar das crianças nesta idade, o preço das amas não compensa o salário que a mãe pode trazer da fábrica¹⁸. Ela permanece então tempora-

¹⁷ T. Parsons tentou demonstrar como o sistema industrial moderno requeria e produzia uma família conjugal de papéis conjugais fortemente especializados. Nela cabia ao homem o papel exterior e instrumental de ganha-pão; à mulher, um papel essencialmente doméstico de estabilização afectiva da família. De T. Parsons, cf. «The family in urban industrial America», in M. Anderson (ed.), *Sociology of the Family*, Harmondsworth, Penguin Books, 1975, pp. 43-62. Por outro lado, dois autores ingleses, P. Willmott e M. Young, detiveram-se sobre a «família simétrica», isto é, uma família em que marido e mulher desempenhariam, dentro e fora de casa, papéis iguais (cf. *op. cit.*).

¹⁸ Não esqueçamos que na cortiça, para tarefas iguais, o pagamento de uma mulher é apenas ligeiramente superior ao de um menor e cerca de metade do do seu marido. Esta flagrante desigualdade constituiu, aliás, um poderoso argumento a favor da preferência que os patrões manifestam pelo emprego feminino em detrimento do masculino (cf., por exemplo, João Freire, *Ideologia, Ofício e Práticas Sociais — o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, Lisboa, ISCTE/Universidade Técnica, 1988).

riamente em casa. Eis um exemplo. Maria é filha de alentejanos de Beja. Chegados ao Barreiro, a sua mãe torna-se corticeira e o pai emprega-se no «enchimento de adubos» na CUF. Maria, hoje com 75 anos, relembra como são difíceis esses tempos em que nascem os seus três irmãos mais novos, «todos seguidinhos». A mãe, então rolheira no Braamcamps, teve de deixar a fábrica. E justifica: «[...] eram cinco pequenos [...] era mais aquilo que se gastava do que o que ela ganhava¹⁹.» Outra sorte teve José Contente, filho de um corticeiro e de uma tecedeira na Fábrica de Lanifícios da Arrentela, ambos naturais do Seixal. Em pequeno e até aos 8-9 anos, ele e os irmãos ficavam ao cuidado da avó durante o dia de trabalho da mãe. Assim, esta nunca teve de prescindir do salário na fábrica²⁰.

A situação tende mais tarde a suavizar-se, quando as crianças mais crescidas ou a mãe, ou mesmo ambas, começam de novo a poder ganhar para a casa. Ao salário do pai vêm então novamente juntar-se outros salários. Assim acontece em casa de Maria. Quando a irmã mais velha completa 9 anos, passa «a tomar conta» dos restantes irmãos. Ou melhor: «[...] a minha mãe começou a trabalhar, ficávamos a gente ao Deus dará²¹.» Outra alternativa protagoniza a mãe de Francisco Matias, barreirense, hoje com 71 anos, reformado da CUF como «carregador no cais». Era corticeira na «Rubio» quando se casa com um pescador «por conta de outros», barreirense também. Deixa a fábrica após o nascimento do segundo filho. Fica definitivamente em casa «a lidar, a coser roupa, a fazer comer», mas «põe», em contrapartida, «todos os filhos a trabalhar»²². O conjunto de salários da totalidade destes cinco menores compensa largamente o seu próprio salário. Outra solução é, obviamente, aquela que consiste em a mãe e os filhos retomarem simultaneamente o emprego na fábrica, de modo que a bolsa familiar volte a atingir o seu pleno.

Percebemos portanto que, num contexto de flagrante desigualdade de salários entre os sexos, como era exactamente o caso nos fabricos corticeiros, o grupo doméstico possa prescindir do salário feminino em certas fases do ciclo de vida familiar. E, quando prescinde dele a título definitivo, fá-lo, não a favor do masculino, mas sobretudo a troco do trabalho dos filhos. Por isso, ao deixar a fábrica, e ao contrário do que sucede, como veremos mais adiante, entre os operários da CUF, a corticeira não o faz no momento em que se casa, mas apenas, e em alguns casos, quando se torna mãe.

2.3. O TRABALHO DOMÉSTICO: UM UNIVERSO FEMININO

O domínio do trabalho doméstico, isto é, o conjunto das actividades que têm como objectivos principais a criação dos filhos e a manutenção de uma

¹⁹ Entrevista 11, Maria Pacheco, Fevereiro de 1988.

²⁰ Entrevista 44, José Contente, Março de 1988.

²¹ Entrevista 11, cit.

²² Entrevista 53, Francisco Matias, Abril de 1988.

casa, é, em qualquer família, outra vertente essencial da divisão do trabalho. Ora nestas famílias corticeiras aquele é um trabalho realizado exclusivamente por mulheres. Um homem, por princípio, não faz a «lida da casa». A norma da divisão do trabalho entre os sexos é, neste ponto, muito rígida, embora as práticas concretas possam, afinal, escapar-lhe e como que desmenti-la. José Contento esclarece a esse respeito: «Antigamente, no meu tempo, se a gente ouvisse dizer: 'É fulano, heim, lavou a louça à mulher ou qualquer coisa ou limpou, claro, aquilo [...] o que é que se pensava que o homem era?! É, pá, então tu não tens vergonha?!' Hoje já não [...]»²³.» Embora houvesse, de facto, homens que «ajudassem» em casa (e que se expõem a esses comentários), a sua ajuda é representada no discurso como uma aberração em relação às normas dominantes.

No entanto, e se trabalha na fábrica, pode não ser a esposa propriamente dita que executa a lida da casa. Uma sua filha mais velha, a sogra, uma irmã solteira, que partilham o alojamento do casal, podem substituí-la nessas tarefas. Maria Pacheco conta, a este propósito: «Eu ajudava [...] coitadinha, a minha mãe (corticeira) tinha uma data de filhos. Eu ainda passava a roupa a ferro à minha mãe. Fui sempre amiga de ajudar a minha mãe»²⁴.» Nas famílias corticeiras, se é certo que o trabalho da casa mobiliza exclusivamente mulheres, ele não se fixa necessária ou rigidamente na figura individualizada da esposa-mãe. Encontramos, neste domínio também, uma relativa maleabilidade de práticas.

Na ausência de braços femininos suplementares disponíveis, é, obviamente, a operária quem, num prolongamento extenuante do seu dia de trabalho, executa a lida da casa. Eis o que recorda Inocência Santana, alentejana, que, como o marido, era rolheira num fabrico local: «Eu tinha que fazer a minha vida doméstica [...] Quando foi do meu filho nascer, eu chegava-me a deitar às 3, 4 horas da manhã para lavar roupa, para deixar tudo em ordem para vir no comboio com o meu filho nos braços aqui para o Barreiro. Pois, quando ele tinha 5 meses, vim morar para o Barreiro para ter um pouco mais de descanso. Mas era na mesma tudo feito por mim»²⁵.» Nem o ideal nem a prática da «simetria» rigorosa dos papéis conjugais parecem, na verdade, estar subjacentes a este modelo.

A exclusividade feminina no trabalho doméstico revela-se ainda num outro aspecto. São as mulheres que recebem e gerem o dinheiro proveniente dos diversos salários do grupo familiar. A regra é severa e vale para todos: marido, filhas e filhos devem entregar a fêria à mãe ou à mulher que a substitui em casa. Porque ninguém trabalha para si, mas para a sobrevivência de uma família. Assim, confessa humildemente Deolinda Marreiros, natural de Santarém, onde nasce há 75 anos, hoje reformada da cortiça como «quadradora de rolha à máquina»: «Entregava [a fêria à minha mãe], pois

²³ Entrevista 44, cit.

²⁴ Entrevista 11, cit.

²⁵ Entrevista 67, Inocência Santana, Abril de 1988.

tinha que entregar [...] que eu era a mais velha que trabalhava [...] o meu pai, coitadito, [alternadamente 'descarregador de mar e terra' e 'corticeiro'], ganhava pouco, que era uma casa de gente!²⁶»

Primeiras responsáveis pelas compras domésticas e a confecção das refeições, são as mulheres que desempenham, pacientes e empreendedoras, o ingrato papel de procura e compra diária dos géneros ao melhor preço, da negociação das dívidas com os comerciantes, do acerto minucioso das contas, dos ganhos e das despesas. Não é, aliás, por acaso que, no discurso, os operários ainda hoje associam à pobreza uma figura feminina.

Na prática, porém, pode esbater-se um pouco a severidade destas regras. As discretas fugas à dura disciplina financeira familiar são frequentes. Marido, filhos e até as próprias mulheres procuram, cada um a seu modo, discreta e astuciosamente, desviar dos dinheiros de todos uma pequena parte para si. O facto de os corticeiros serem frequentemente pagos à empreitada e os seus salários não obedecerem sequer a tabelas únicas permite-lhes encobrir com facilidade parte da quantia que ganham. Assim acontece em muitas, se não todas, famílias.

Os homens, ao receberem a fêria semanal, podem guardar logo uma pequena parte para as suas distrações. Passam-nas, em geral, fora de casa, na companhia de outros homens. Efectivamente, nesse tempo «uma parte do Barreiro corria muito à taberna». José António, filho do Barreiro, onde nasce há 79 anos, antigo corticeiro, casado com uma costureira, esclarece, com alguma malícia: «Claro! A primeira coisa que a gente fazia, saíamos da fábrica, havia ali sempre uma tabernazinha perto [...] íamos sempre fazer um petiscozinho novo. Depois, cada qual ia para as suas casas. No outro dia era tudo a mesma coisa²⁷.» Além da taberna, existe a batota, em que jogam às escondidas pescadores e corticeiros²⁸. Apesar dos cercos da polícia, em casas particulares ou em plena rua, «jogava-se à descarada» no Barreiro de então.

Filhos e filhas, por seu turno, não raro escondem também da mãe a quantia exacta que ganham na fábrica. Berlindes, uma bola, um bolo, a própria batota, uma ida furtiva a um teatro ou a um baile ou simplesmente uma carcaça, são gastos cobiçados e frequentes. Como muitas outras crianças de en-

²⁶ Entrevista 48, Deolinda Marreiros, Abril de 1988.

²⁷ Entrevista 37, José António, Março de 1988.

²⁸ Os jornais locais noticiam em grandes títulos e comentam, com vivo repúdio, a existência e a proliferação de locais de batota no Barreiro ao longo desses anos. Talvez um dos mais curiosos artigos sobre o «flagelo» seja aquele que se publica em *O Eco do Barreiro* de 25 de Outubro de 1923. Eis um excerto: «O JOGO. No Barreiro joga-se à batota desenfreadamente. É preciso pôr cobro a isto! Há rapazes que se perdem com este terrível vício. Há operários chefes de família que desbaratam ao jogo o produto de um mês de trabalho, sopas dos seus filhinhos e, quantas vezes, a honra dos seus lares [...] Há colectividades onde se joga abertamente a batota. Há cafés onde com fichas falsas de capilés e cervejas se jogam à noite centenas de escudos. Há estações onde páram habitualmente certos comboios já conhecidos. Enfim, joga-se abertamente [...]»

tão, Firmino Cristão, antes de entrar para a Rubio em finais dos anos 20, ganha uns tostões por dia «a levar cabazes» de almoço aos operários do caminho de ferro²⁹. Leva ao todo sete lancheiras, embora a sua mãe pensasse que eram só seis. E explica: «Por acaso até levava um cabaz a mais, que a minha não sabia, e esse dinheiro era para mim [...] É claro, coisas que nós tínhamos que fazer porque a necessidade era muita³⁰.» Estas pequenas e sorrateiras fugas, de que porventura todos têm conhecimento, suavizam e adoçam a dureza da disciplina familiar. Fora da qual, contudo, a sobrevivência individual se torna problemática.

Entendida no seu sentido burguês, a personagem ou o ideal da esposa doméstica remetida para o estrito universo interno da casa não existe, afinal, entre estas famílias corticeiras. Apesar das *nuances* e da flexibilidade que introduz o ciclo da maternidade activa no emprego das mulheres casadas, o trabalho na fábrica a troco de um salário é, regra geral, uma experiência vivida por todas elas. Aliás, numa economia de sobrevivência, como é a destas famílias, impõe-se reunir a todo o custo o maior número de salários — objectivo que só pode ser aproximado através de uma entrada precoce e generalizada no mercado de trabalho de todos os seus membros (adultos e crianças, mas também homens e mulheres). E notámos ainda, no que é outro sinal sugestivo do desfasamento destas práticas relativamente ao ideal da doméstica, como as mulheres que abandonam definitivamente o emprego fabril o fazem apenas no momento em que existe a contrapartida dos salários infantis e não naquele em que encontram um marido. Ficar em casa, depois de uma longa e atribulada trajectória profissional, é, pois, uma decisão da mãe, mas não um direito da esposa.

Por último, lembraríamos que, se os trabalhos domésticos e a criação dos filhos são, é certo, atributos exclusivos das mulheres, aqueles podem não se fixar, necessariamente, na figura individual da esposa. Geridos pela mulher que a substitui em casa, mobilizam privilegiadamente as redes de solidariedade feminina que sustentam, com a rede alargada de parentesco, o grupo doméstico.

3. A GRANDE FÁBRICA E OS OPERÁRIOS DA COMPANHIA UNIÃO FABRIL

Em finais da década de 40, a CUF ocupa na margem sul do Tejo, entre as freguesias do Barreiro e do Lavradio, uma impressionante área de

²⁹ Eis em que consistia esta tarefa, descrita por Joaquim Almeida, nascido no Barreiro há 67 anos, filho de um corticeiro do Barreiro e de uma «doméstica com cinco filhos», que, bem antes «de fazer 10 anos, já levava comerres para os Caminhos de Ferro na hora do almoço»: «Havia pessoas que trabalhavam nos Caminhos de Ferro que não podiam vir a casa [...] sim que era longe [...] e a gente então tinha um ripa, punha-se uns pregos para os cabazes não correrem [...] nós íamos a casa das pessoas e levávamos-lhes o almoço deles, íamos sempre a correr. Cada cabaz era 7 mil e quinhentos. E vinham também rapazes do Lavradio pela linha fora.» (Entrevista 5, Fevereiro de 1988.)

³⁰ Entrevista 35, Firmino Cristão, Março de 1988.

790 000 m². Nela inclui-se a «zona fabril» propriamente dita (com edifícios, arruamentos, parques e cais conquistados ao rio) e uma «zona social» (dispondo de centro educativo, refeitórios, creches, bairros operários e parque desportivo). Mas os seus domínios territoriais na vila não ficam por aqui: a CUF possui ainda cerca de 1 350 000 m² de «área livre» para a realização futura de outras construções fabris. Emprega regularmente, nas suas várias frentes de produção, mais de 10 000 operários³¹. É, na verdade, uma concentração gigantesca de pessoas e fábricas.

Contrariamente aos fabricos corticeiros locais, acomodados e irregularmente dispersos pelas ruas estreitas do Barreiro velho, a CUF constitui, virada para o rio, um imenso complexo industrial construído de raiz, mantendo fronteiras definidas e relativamente vedadas à comunidade exterior³². O traçado geométrico e austero dos seus edifícios, armazéns, depósitos ou arruamentos, cruzados por uma rede extensa de carris, contrasta vivamente com a disposição apertada e irregular dos bairros e dos fabricos mais antigos da vila industrial.

A crise internacional do segundo pós-guerra e uma conjuntura nacional onde as teses industrialistas começam a ganhar terreno desempenham um papel decisivo nos destinos económicos da Companhia em meados do século. Encorajam, nomeadamente, o desenvolvimento e a modernização dos serviços técnicos de apoio à produção industrial dentro da empresa. E, paralelamente, uma remodelação dos esquemas tradicionais de organização interna. No seu interior, os vários fabricos industriais passam a obedecer a uma repartição por «zonas especializadas», apoiadas por núcleos técnicos e administrativos. Do mesmo modo, e à medida que consolida e expande os seus ramos industriais tradicionais (a química de apoio à lavoura, a têxtil pesada), a CUF aposta cada vez mais, a partir da década de 50, em indústrias de base, como a metalomecânica pesada³³.

³¹ Estes dados gerais de apresentação, quantitativos e descritivos, foram retirados da monografia editada pela CUF, *50 Anos da CUF no Barreiro*, Lisboa, CUF, 1959.

³² Um dos sinais deste relativo fechamento da CUF ao exterior e que constitui, porventura, um indicador da relativa auto-suficiência do seu universo fabril é a presença demasiado discreta da CUF na imprensa local. Com alguma surpresa verificámos, ao longo da demorada consulta de jornais, que, salvo referências dispersas às questões genéricas da «poluição atmosférica» ou a Alfredo da Silva, pouco ou nada se escreve na imprensa local ao longo de décadas sobre a CUF ou os seus operários. A discrepância flagrante entre esta imagem apagada e uma realidade que é afinal gigantesca suscita-nos dois tipos de reflexões. A primeira, de carácter metodológico: na abordagem das formas de vida das chamadas «classes populares», fontes escritas como os jornais locais devem ser utilizadas com toda a prudência e alguma suspeita. A outra prende-se, obviamente, com as razões dessa lacuna: ela também se explica, a nosso ver, pela relativa autonomia da CUF, enquanto empresa e comunidade, na vila industrial.

³³ Em finais dos anos 40, as fábricas da CUF e os seus operários agrupam-se em seis «Zonas» distintas. À «Zona de Ácidos», com cerca de três centenas de operários, compreende as fábricas de ácido sulfúrico (indústria de base na produção de uma vasta gama de fertilizantes), ácido clorídrico, de sulfato de sódio e seus anexos. À «Zona de Adubos» pertencem as fábricas de moagem de fosfatos, de superfosfatos, de ácido fosfórico, de adubos mistos e, a partir de

3.1. OPERÁRIAS TÊXTEIS E OPERÁRIOS METALÚRGICOS

Dentro da CUF, dois grandes grupos profissionais de então, as operárias têxteis (cerca de 3000, exemplo paradigmático do operário especializado) e os operários metalúrgicos (ascendendo a um milhar e formando uma elite muito qualificada, já recrutada, aliás, dentro do universo operário local), mantêm uma relação extremamente sólida, estável e regular com a Companhia. Prosseguem carreiras ascendentes e longas numa grande fábrica em que tende, aliás, a impor-se uma nova disciplina industrial. Ao contrário do fabrico corticeiro, esta produz diferença e distinção entre o espaço de dentro e o espaço de fora da fábrica, entre os vários ramos de produção, entre os sexos, entre as categorias profissionais e as de idade³⁴.

Aquela relação não se limita, de resto, a uma componente individual ou ao estrito domínio do trabalho industrial, estendendo-se antes à família e à totalidade do quotidiano do operário. Logo em 1907, com a construção das primeiras oficinas químicas, Alfredo da Silva lança as bases de uma «Obra Social» da Companhia na vila ribeirinha. Não esconde, aliás, os seus objectivos essencialmente pragmáticos: trata-se justamente de «prender o operário à fábrica», proporcionando-lhe, fora da oficina e após o seu trabalho, toda uma rede interna e privativa de serviços de apoio de modo «a que nada lhe falte para a rotina da sua vida familiar»³⁵. São também indisfarçáveis os objectivos políticos de pacificação desta população operária numerosa e concentrada, que não mantém ligações laterais ou complementares com a propriedade agrícola, com tradições de luta política e sindical e que, numa primeira geração, é constituída por contingentes humanos territorialmente instáveis³⁶. Os patrões da CUF desenvolvem e aperfeiçoam, pois,

1951, de adubos químicos orgânicos; a mão-de-obra regular ronda os 200 operários. Na «Zona Cobre» procede-se ao tratamento dos resíduos de pirite e à metalurgia do cobre, indispensáveis ao tradicional fabrico do importante fungicida que é o sulfato de cobre, produto que a CUF produz desde o ano de 1913; aqui se empregam 300 operários. A «Zona Norte» é a zona da química orgânica propriamente dita, com as suas fábricas de extracção por dissolventes, de farinha de óleo de mendobi, de glicerina, de sabões, da refinação de enxofre (cada vez mais utilizado como insecticida na lavoura), nomeadamente; nela trabalham então cerca de 300 operários. A «Zona Metal-Mecânica», com cerca de um milhar de efectivos, inclui a fundição do ferro e do aço, as oficinas de construções mecânicas, bem como as oficinas de construções metálicas e navais. Por último, à «Zona Têxtil» pertencem a fição e a tecelagem da juta (para o fabrico da sacaria), a fição da lã, a tinturaria, a confecção de tapetes e tapeçarias, lonas, precintas e mangueiras, o fabrico dos fios e cordas de sisal (nas duas cordoarias — manual e mecânica), o fabrico das velas e dos encerados. A zona é, de longe, a que emprega o maior número de operários; rondam os 3 milhares. Apoiando o funcionamento do equipamento e das várias frentes de produção, a CUF dispõe ainda no Barreiro de uma «Zona de Conservação» (mobilizando cerca de 2000 operários itinerantes) e de «Serviços de Manutenção e Transportes» (com cerca de 1 milhar de operários).

³⁴ Desenvolvemos detalhadamente esta questão na referida tese, *A Fábrica e a Família — Famílias Operárias no Barreiro*, cit.

³⁵ V. António Dias Miguel, *Alfredo da Silva*, Lisboa, 1971, pp. 87 e 125.

³⁶ Em entrevista recente concedida a M. Filomena Mónica, Jorge de Mello (o último patrão da CUF no Barreiro antes da sua nacionalização em 1975) refuta esta interpretação. Afirma,

ao longo de décadas, uma política de fixação da mão-de-obra através de um modelo paternalista sustentado por um conjunto de elementos: a imagem e a memória de um grande patrão fundador, Alfredo da Silva; a política de alojamento operário e a Obra Social; o recrutamento familiar de mão-de-obra. Consideravelmente selectiva, esta política familiarista acentua e marca ao mesmo tempo a distinção entre a elite operária e a indiferenciada massa de «trabalhadores» da mesma Companhia³⁷.

Neste novo contexto, o grupo doméstico CUF, em simbiose com um solidário grupo de parentesco, põe em prática uma estratégia de consolidação, se não mesmo de promoção da posição social favorecida que conseguiu adquirir no seio do universo operário local. Comparativamente à família corticeira, a noção de tempo aqui é outra, já que a estratégia familiar, no âmbito de relações consistentes e duráveis com a fábrica, se joga agora num horizonte de médio e de longo prazos. Tal como na oficina, nesta família também os destinos sociais dos sexos e os das categorias de idade tendem a separar-se; encontramos, de facto, uma diferente afectação dos membros do grupo doméstico (e muito especialmente das crianças e das mulheres) ao mercado de trabalho. Paralelamente à adopção de padrões de fecundidade reduzida e ao investimento na socialização escolar das crianças, é notável o adiamento da entrada dos filhos na vida activa, por um lado; e acontece que certas franjas de mulheres casadas se afastam definitivamente do mercado de trabalho após o casamento.

Do ponto de vista da divisão do trabalho conjugal, as famílias operárias CUF tendem, assim, a fechar-se em dois arranjos que se mantêm significativamente estáveis e fixos ao longo do ciclo de vida familiar: o operário e a operária simultaneamente activos na Companhia, no que constitui um mo-

a propósito: «A obra assistencial do grupo CUF ou os seus níveis salariais, que, em geral, eram os mais elevados do país, não tinham qualquer intenção de apaziguar tensões sociais [...]. Eles eram aplicações das possibilidades financeiras criadas dentro das empresas e pela própria eficiência das empresas. Não eram situações excepcionais, eram apenas o resultado natural das possibilidades criadas pelas empresas.» (Cf. M. F. Mónica, *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990, p. 209.)

³⁷ Esta forma de relação entre patrões e operários industriais tem sido abundantemente estudada e discutida entre, por exemplo, historiadores sociais franceses. Dos textos mais interessantes publicados sobre o tema, cf. M. A. Barrère-Maurisson, «Gestion de la main d'oeuvre et paternalisme: tradition et modernité dans les stratégies des entreprises», in *Économies et sociétés*, 1987 (11), pp. 41-56; Marianne Debouzy, «Permanence du paternalisme», in *Le mouvement social*, 1988 (144), pp. 3-16; T. Hareven, *Family Time and Industrial Time*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982; Remi Lenoir, «Transformation du familialisme et reconversions morales», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1985 (59), pp. 3-47; G. Noiriel, «Du 'patronage' au 'paternalisme': la restructuration des formes de domination de la main d'oeuvre ouvrière dans l'industrie métallurgique française», in *Le mouvement social*, 1988 (144), pp. 17-36; Michelle Perrot, «Fonctions de la famille», in P. Ariès et G. Duby (eds.), *Histoire de la vie privée — de la révolution à la grande guerre*, Paris, Seuil, 1987, pp. 105-119. Sobre a CUF propriamente dita, cf. AIP, «A assistência social na indústria portuguesa — os magníficos serviços da CUF», in *Indústria Portuguesa*, 1944 (197), p. 39, e «A grande obra de assistência social, cultural e desportiva levada a efeito nas fábricas da CUF», 1953 (300), pp. 49-54.

delo de reciprocidade no exterior, a fazer lembrar o corticeiro; um arranjo de estrita especialização dos papéis conjugais, dentro e fora de casa, constituído pelo operário activo e a esposa que se converte a um papel de doméstica a tempo inteiro no momento do casamento.

Sob alguns aspectos, é como se esta família operária CUF fosse uma negativo da família corticeira, arranjo mais provisório e instável que oscila, apressadamente, entre situações de trabalho múltiplas, todas elas, porém, semelhantes em precariedade. A outra, pelo contrário, tem o aspecto de um bloco consistente que, no espaço social da comunidade e no tempo, se encontra vigorosamente vinculado a uma única e grande fábrica.

3.2. OS LUGARES FEMININOS FORA DE CASA

O marido de uma operária têxtil da CUF é também um operário ou um trabalhador da fábrica. Nem todas as mulheres dos operários metalúrgicos trabalham fora de casa. Mas aquelas que o fazem são, sem excepção, operárias da mesma Companhia. Estes são dados extremamente sugestivos.

Significam, primeiro, que, se o trabalho dos homens na fábrica é, nestes grupos domésticos, decididamente, um princípio e uma prática inquestionáveis, já o trabalho das mulheres fora de casa se pode tornar uma realidade problemática. Os arranjos profissionais a que estas famílias correspondem fecham-se, por isso mesmo, em duas situações-tipo, ambas reveladoras de uma estreita homogamia conjugal. São elas, como já referimos, a de um casal de operários activos no mesmo local de trabalho (a CUF), a do casal composto por um operário da Companhia e por uma «doméstica». Vale a pena, pois, questionarmos a nova e heterogênea realidade dos lugares femininos na família operária que estes dados nos sugerem. Começemos pelos exemplos e pelos casos das mulheres que conservam a sua actividade profissional.

Luzia Arsénio, natural de Alhos Vedros, tem hoje 70 anos. Desde os 19 anos e até aos 45 trabalha como operária nos «tecidos de juta da CUF». Como tem a 4.^a classe e escreve sem dificuldade, é então promovida a «apontadora numa mesa de oficina», tarefa que, um dia, fora da responsabilidade do seu pai. Reforma-se por isso aos 52 anos como «empregada de escritório». Conhece o seu futuro marido num passeio organizado pela CUF e casa, «pelo registo», aos 22 anos. António, nascido na Golegã, é também um operário das oficinas de fição; carrega material para as máquinas. O casal terá dois filhos, que deixa, em pequenos, numa ama do Bairro Operário³⁸.

O caso de Luzia é exemplar de um primeiro tipo de arranjo familiar. Marido e mulher trabalham simultânea e continuamente, a troco de um salário

(se bem que desigual), na fábrica. Simetria no exterior, mas diferenciação no interior. Só Luzia executa os trabalhos da gestão e da lida da casa, num prolongamento extenuante do seu dia ou semana de trabalho. A estreita homogamia de local de emprego do casal é outro aspecto que nos importa realçar. São ambos operários que partilham, durante umas boas décadas, um trabalho na mesma Companhia. Assim acontece, aliás, com as companheiras de oficina de Luzia: a operária têxtil casada é, regra geral, mulher de um operário ou de um trabalhador da CUF.

Outros dois casos exemplificam este primeiro tipo de divisão de trabalho nas famílias cufistas. Manuel Pereira, barreirense, com 66 anos, é «oficial cordoeiro na CUF» quando começa a namorar Joana, uma alentejana que conhece nos «bailes campestres pelo S. João», operária nos tecidos da Companhia. Esta mantém o seu emprego depois do casamento e do nascimento do único filho do casal, que fica, em bebé, entregue aos cuidados de uma cunhada que mora no Bairro da CUF³⁹. António Dias, nascido em 1921, no Barreiro, operário da fundição, conhece a mulher, alentejana, no trabalho: Maria do Carmo é, desde muito jovem, filha de um afinador de teares. Mãe de uma rapariga, só virá a reformar-se aos 55 anos. «Tinha mãos que pareciam de um homem de cavar», comenta, a propósito, o marido⁴⁰.

Podíamos multiplicar os exemplos, embora todos nos conduzam às mesmas constatações. Ilustram, primeiro, a importância assumida pelas relações de aliança entre homens e mulheres na consolidação da elite operária da CUF, nas suas duas versões masculina e feminina. E confirmam também que a presença de famílias simétricas, no que respeita às tarefas profissionais dos membros do casal, se associa, afinal, a uma dupla filiação passada dos cônjuges à Companhia. As trajetórias das mulheres de operários que, após o casamento, se tornam domésticas são uma prova *a contrario* do que acabámos de enunciar.

3.3. UMA DONA DE CASA A TEMPO INTEIRO

Francisco Abrantes, filho e neto de barreirenses, é hoje, aos 66 anos, um operário caldeireiro reformado da CUF. Quando conhece a mulher, «filha cá do Barreiro também», esta trabalha como costureira num alfaiate da vila. Depois do casamento, e antes mesmo de nascer a única filha do casal, Maria de Lurdes deixa o emprego e torna-se uma doméstica a tempo inteiro. Francisco comenta, com alguma autoridade: «Eu depois exigi que era melhor em casa⁴¹.» Um caso semelhante a este é o de Luís Ramalho, nascido no «Alto do Zé Ferreira», no Barreiro, em 1921. Encarregado das oficinas de fundição CUF, casa em 1947 com uma escolhedora de rolha na He-

³⁹ Entrevista 36, Manuel Pereira, Março de 1988.

⁴⁰ Entrevista 25, António Dias, Março de 1988.

⁴¹ Entrevista 51, Francisco Abrantes, Março de 1988.

rold. A mulher desiste do seu emprego poucos meses após o casamento. Luís justifica: «Obrigui-a a reformar-se por expandilose.» Embora acrescente: «E para aturar [a fábrica] bastava eu⁴²!»

Uma esposa dedicada, em definitivo e exclusivamente, ao trabalho da casa e à criação dos filhos apresenta-se, de facto, como um traço comum a muitas outras famílias operárias CUF. Para certos autores, a interpretação desta situação é inequívoca: as classes populares imitariam uma representação burguesa da natureza feminina sinónimo de «domesticidade», se não mesmo de «ociosidade». Para as mulheres, trabalho e família seriam então dois universos completamente separados entre si.

Não discutiremos aqui o facto de a responsabilidade da casa ser entendida como um atributo exclusivamente feminino. Já o era, de resto, nas famílias corticeiras. A centralidade do trabalho doméstico na família operária, a importância que assume a mulher na sua execução, tendem não só a manter-se, como até a reforçar-se de umas para as outras⁴³. Esta é uma verdade a que não escapam sequer as operárias activas na fábrica que se confrontam com a pesada sobrecarga das tarefas domésticas. Acontece até que o papel de doméstica recai, mais rígida e invariavelmente do que nas famílias corticeiras, sobre a mulher que é também esposa e mãe.

Por outro lado, o facto de aquelas mulheres que abandonam a sua ocupação profissional o fazerem imediatamente após o casamento, ainda antes do nascimento dos primeiros filhos (quando não existem, portanto, incompatibilidades de facto entre uma tarefa e outra), não pode deixar de ser um pormenor elucidativo. Indica-nos, por um lado, que as condições materiais de vida nestas famílias se alteraram, e alteraram para melhor. Dispensar o salário de um braço adulto «disponível» no orçamento familiar é um privilégio a que nem todas podem aceder. A doméstica CUF é, de alguma maneira, e ao contrário da corticeira (a qual, se fica em casa, o faz por forçosa necessidade após o nascimento de filhos), um produto de uma situação material de privilégio. Mas sugere-nos também que na decisão de «ficar em casa» pesa igualmente uma certa concepção cultural dos papéis femininos adultos e mesmo das relações de autoridade entre homens e mulheres (e releiam-se os testemunhos de Francisco e Luís já citados).

No entanto, a natureza concreta do seu papel, as condições envolventes que o explicam, problematizam seriamente a hipótese difusionista que parece sustentar estas práticas e valores. É que por detrás da mesma palavra escondem-se, afinal, realidades muito diferentes. Se não, vejamos.

A doméstica de meio popular abandona, com o casamento, uma já longa vida de trabalho em casa dos pais. Augusto Valério, algarvio, nascido em

⁴² Entrevista 1, Luís Ramalho, Fevereiro de 1988.

⁴³ Ao contrário, por exemplo, do que Engels sugere. Para este autor, a família como lugar de produção de valores de uso tenderia a dissolver-se com o avanço da produção capitalista de mercadorias. A produção doméstica reduzir-se-ia, afinal, neste modo de produção a uma mera categoria residual (cf. F. Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Rio de Janeiro, Vitória, s. d.).

1911 numa família de ferroviários, é «serralheiro civil na CUF» quando conhece a sua futura mulher. É uma barreirense que, desde os 18 anos, trabalha «na costura por conta de um alfaiate». Antes, porém, já dera «cortiça à banca» no Braamcamps e na Teodoro Rubio. Quando casa, aos 23 anos, desiste do seu emprego fora de casa e do respectivo salário, que entregava, aliás, quase por inteiro, à mãe⁴⁴. Outro caso é o de Maria Elvira, a mulher de um caldeireiro na mesma Companhia. Barreirense, nascida há 82 anos no «Largo das Obras», filha de operários tabaqueiros, nunca se emprega em solteira. Maria é, no entanto, a mais velha de sete irmãos e, como a mãe, ao deixar a fábrica, monta uma «casa de pasto onde avia os rapazes que vinham cedo para a CUF», é ela quem a substitui na lida caseira e no cuidado dos bebés. Quando casa, Maria não perde o seu estatuto de doméstica a tempo inteiro. Antes o reforça. Além de manter a sua própria casa e criar os seus quatro filhos, continua a trabalhar em casa da mãe até esta trespassar definitivamente o negócio da casa de pasto. Explica: «Aluguei uma casinha por cima da minha mãe e lá vivi⁴⁵.»

Por outro lado, a doméstica da família operária não delega a execução do conjunto das tarefas da casa a outras mulheres, como acontece em meios mais privilegiados. O seu dia de trabalho é longo e preenchido. Pode, além do mais, ocupar-se em actividades complementares num prolongamento das suas «aptidões» domésticas. A mulher de António Balbino, nascido em 1909, no Barreiro, um operário da Cordoaria Mecânica, por exemplo, «estava em casa» e era ao mesmo tempo «ama de meninos». Durante a semana tomava conta de quatro crianças, filhas de operárias da CUF⁴⁶. José do Carmo, alentejano, nascido numa família de ferroviários em 1920, era caldeireiro na Companhia e a mulher, doméstica, sem filhos, «trabalhava em malhas para fora». Com o dinheiro que juntou «lá fez um sacrifício e comprou uma máquina» para dar resposta ao número cada vez maior de encomendas⁴⁷.

Ser doméstica, neste meio operário, não corresponde, portanto, a um qualquer estado ou forma de «ociosidade». E não resulta, em nosso entender, de uma simples atitude cultural de cópia de um modelo burguês. O aparecimento desta figura relaciona-se antes com a lógica local que regula a relação do grupo doméstico destes operários de elite com a fábrica. Esta tornou-se estável, duradoura, regular e englobante da totalidade dos domínios da existência operária. São as novas condições em que ela ocorre que primeiro explicam e permitem o afastamento de um bom número de esposas do mercado de trabalho.

Tornar-se doméstica acontece preferencialmente, e como já tivemos ocasião de notar, com aquelas mulheres que, em solteiras, trabalham, não na CUF, mas noutras fábricas ou ramos de actividade. Esta constatação pode

⁴⁴ Entrevista 43, Augusto Valério, Abril de 1988.

⁴⁵ Entrevista 19, Março de 1988.

⁴⁶ Entrevista 56, António Balbino, Março de 1988.

⁴⁷ Entrevista 70, José do Carmo, Abril de 1988.

ter uma interpretação imediata: as mulheres tendem a manter uma actividade profissional contínua naqueles sectores em que, apesar de tudo, os salários femininos são mais atractivos. É precisamente o caso da CUF. Não obstante a flagrante desigualdade salarial entre homens e mulheres, a Companhia paga melhor que qualquer outra fábrica local. Mas sugere-nos ainda um outro comentário mais geral. Tudo se passa como se a estreita homogeneidade de local de trabalho dos cônjuges, definida exclusivamente a partir do privilegiado estatuto masculino, fosse uma condição de existência destes grupos domésticos. Ela é, em todo o caso, um poderoso factor de fechamento e preservação de uma posição de classe, de uma invejável condição operária conseguida através de uma entrada na CUF. É outro dos bons indicadores do novo tom que toma a estratégia familiar. Para o grupo doméstico não se trata agora apenas de sobreviver, mas sobretudo de promover uma condição adquirida.

4. ALGUMAS DÉCADAS DEPOIS: A ESPOSA «DOMÉSTICA»

Na década de 80 do nosso século, após os picos de turbulência social e política que se seguiram à revolução e na sequência da crise económica internacional que tão amplos e negativos efeitos causou na bacia do Tejo, o Barreiro acomodou-se a uma etapa de declínio e reconversão. Velho gigante industrial, mantém, contudo, ainda uma considerável parte da sua população residente activa no trabalho das grandes fábricas locais⁴⁸. E, se os operários não são hoje o grupo profissional maioritário, continuam a revelar uma presença muito significativa na população local⁴⁹. «O Barreiro é hoje uma sombra do que era», confessam unanimemente e sem hesitar os velhos operários que trabalharam nas suas fábricas há trinta anos e que entrevistámos. Apesar de tudo, porém, aqueles que hoje ocupam os seus lugares constituem ainda uma numerosa comunidade humana dispersa pelas diferentes freguesias do concelho. E podemos considerá-los, de alguma maneira, os herdeiros de uma condição operária e de uma experiência industrial seculares.

É esta população operária activa em fábricas ou oficinas do concelho do Barreiro em 1988 que nos servirá, de novo, para colocar e explorar, num outro tempo e utilizando outras formas de abordagem⁵⁰, a questão e a realidade da doméstica nestas famílias.

⁴⁸ Segundo os dados estatísticos oficiais de que dispúnhamos, publicados no *Recenseamento Geral da População de 1981*, 39 % população residente activa no concelho do Barreiro estava empregada na indústria transformadora, 11 % na indústria dos transportes e 26 % no sector dos serviços.

⁴⁹ Lembremo-nos ainda de que, em 1981, no concelho do Barreiro, 45 % da população activa residente exercia profissão como «operário industrial», contra os 53 % referentes ao ano de 1970 e os 62 % de 1960.

⁵⁰ Última etapa do trabalho de campo, o inquérito por questionário à população operária activa no Barreiro foi lançado nos meses de Maio e Junho de 1988. Genericamente, o inquérito

Na verdade, boa parte das esposas dos operários industriais do Barreiro (40 %) são actualmente consideradas «domésticas» pelos seus maridos⁵¹. Embora os casais em que as mulheres «exercem profissão» formem uma confortável maioria (60 %⁵²), é, apesar de tudo, significativo o número daqueles em que as esposas se dedicam, a tempo inteiro e em exclusividade, à lida da casa e à criação dos filhos. O mesmo acontecera, aliás, na geração anterior dos pais, onde cerca de 53 % das mães se incluíam nesta categoria. Nesta, aliás, notava-se uma estreita associação entre a «condição perante o trabalho da mãe» e a «profissão do pai». Efectivamente, a percentagem de mães domésticas era máxima (60 %) para os pais que eram «operários industriais»; esse valor era já bem menor entre, por exemplo, os «agricultores» (48 %) ou mesmo entre «trabalhadores agrícolas» (47 %).

Retomando um fio condutor semelhante ao seguido nos estudos em profundidade de corticeiros e operários CUF, procuramos de seguida caracterizar (a partir de certas variáveis-chave usadas longitudinalmente ao longo dos vários temas do «inquérito») o perfil social desse grupo de mulheres «não activas», comparando-o ao das «activas». O nosso objectivo é perceber o que as pode distinguir ou aproximar, em termos das suas posições e das suas origens sociais.

4.1. UMA POSIÇÃO SOCIAL DESFAVORECIDA

Cerca de 70 % das esposas domésticas nunca exerceram uma actividade profissional fora de casa. Os resultados obtidos no inquérito revelam-nos que nem mesmo em solteiras terão tido um emprego. As domésticas não tendem, por outro lado, a manter com mais frequência do que as activas qualquer tipo de «ocupação complementar»: estas actividades são tão marginais

procurava captar as complicitades que se podiam tecer entre genealogias familiares e destinos operários no Barreiro de hoje a partir do estudo de três gerações encadeadas no tempo (os actuais operários, os seus pais e os seus filhos). A amostra (1017 indivíduos) foi construída por quotas — o sexo e o local e trabalho do operário. As entrevistas foram realizadas por uma equipa de estudantes universitários do ISCTE (das licenciaturas de Sociologia e Antropologia), especialmente preparados para a tarefa.

⁵¹ Lembremos, a este respeito, que a categoria de «doméstica», atribuída pelo marido e uma das «condições perante o trabalho» que considerámos neste inquérito, facilmente se presta a confusões. Um marido pode, à pressa, mas erradamente, classificar a sua mulher como «doméstica» quando não o é ou foi de facto, por ser esse papel o que mais valoriza, por subestimar realmente os pormenores do percurso profissional feminino, tantas vezes irregular, atribulado e precário. Para o evitar, tomámos algumas precauções. Demos-lhe, primeiro, um significado preciso e, nesse sentido, esclarecemos amplamente os entrevistadores: uma doméstica era aquela mulher que se ocupava fundamentalmente da lida da casa e da criação dos filhos. Sem manter qualquer emprego fora deste universo doméstico, aquela seria, pois, a sua actividade principal. Procurámos, depois, e com outras perguntas («profissão anterior», «ocupação complementar», «abandono da profissão»), testar a validade daquela classificação e pormenorizar o seu perfil social.

⁵² Esta percentagem é, aliás, superior à média do país, se tomarmos os valores de 1981 (cf. supra).

e insignificantes numas como noutras⁵³. Os dados recolhidos parecem-nos, inequivocamente, sugerir que o universo da casa e o domínio da produção doméstica se apresentam, no Barreiro dos dias de hoje, como o único espaço de ocupação diária da esposa doméstica de um operário.

Houve domésticas, no entanto, que algum dia foram activas. Representam apenas 30 % do total. Procurámos ainda apurar as razões do abandono dessa actividade profissional. Um primeiro grupo fê-lo por motivos que não se prendem directamente com o ciclo de vida familiar, mas com um despedimento forçado, uma doença ou um acidente imprevisíveis, uma reforma antecipada. Um segundo contingente, porém, fá-lo imediatamente antes ou logo após o casamento. Entretanto, segundo os mesmos resultados, nenhuma destas mulheres se tornou doméstica em consequência imediata do nascimento de um filho.

Não se registam, aliás, diferenças muito significativas no número de filhos do casal consoante a esposa é doméstica ou activa. É um resultado pontual que se revela em perfeita sintonia com os resultados gerais da amostra para a descendência dos casais. Se há traço que excepcionalmente aglutine num todo a população operária barreirense, quaisquer que sejam a sua origem ou posição sociais, ele é o que diz respeito à fecundidade. Na verdade, esta mantém-se em níveis extremamente baixos e fortemente concentrados no valor de um ou dois filhos, no máximo, por casal.

Consultemos o quadro n.º 1, onde discriminamos o número de filhos dos casais segundo a condição perante o trabalho da esposa. A moda e a mediana coincidem nos dois grupos (dois filhos por casal), embora a média surja com um valor ligeiramente inferior nas mulheres que exercem uma profissão. Se, efectivamente, cruzarmos as duas variáveis, concluiremos que as domésticas têm um peso maior do que as activas no grupo das mães de três filhos (12,1 %, contra 5,4 %), enquanto têm uma representação ligeiramente menor na população feminina com apenas um filho (33,2 %, contra 42,1 %⁵⁴). Trata-se, contudo, de uma diferença menor: domésticas ou activas têm, geralmente, descendências muito pouco numerosas (um ou dois filhos em 80 % dos casos)⁵⁵.

Condição quase sempre transportada de casa dos pais, a «domesticidade» feminina, quando implicou o abandono de uma ocupação profissional, não parece, pois, neste meio resultar directamente de uma incompatibilida-

⁵³ Para as esposas domésticas, as ocupações registam uma percentagem de 12 %.

⁵⁴ Se excluirmos os casos de mulheres com quatro, cinco ou seis filhos (que não ascendem, no total da amostra, a mais de 2 %), conseguimos, aliás, obter uma relação de associação estatística significativa entre a «condição de trabalho da esposa» e o seu «número de filhos».

⁵⁵ É interessante compararmos estes resultados com os que obtivemos para a geração anterior. Assim, entre as mães dos actuais operários, a associação entre a sua «condição perante o trabalho» e o seu «número de filhos» é relevante. De resto, as próprias descendências do casal naquela geração são mais numerosas e acusam variações muito mais significativas. A probabilidade de a mãe ter sido activa é, pois, tanto maior quanto menor é esta descendência. As mães de um ou dois filhos são, em 55 % dos casos, «activas»; a taxa de actividade baixa, entretanto, para níveis próximos dos 40 % para as mães de três, quatro ou cinco filhos.

**Número de filhos do casal (percentagem):
esposas domésticas e esposas activas**

[QUADRO N.º 1]

Número de filhos do casal	Domésticas	Activas*
0	8,8	7,3
1	32,5	41,4
2	44,5	44,1
3	11,9	5,0
4	2,0	1,6
5	0,3	0,3
6	—	0,3
	100,0	100,0
	Média: 1,667 Moda: 2,000 Mediana: 2,000 Desvio-padrão: 0,047 Variância: 0,789	Média: 1,542 Moda: 2,000 Mediana: 2,000 Desvio-padrão: 0,823 Variância: 0,677

N = 733.

* Inclui as mulheres que «exercem profissão» no momento do inquérito ou as «reformadas» de uma actividade profissional anterior.

Fonte: Inquérito à População Operária Activa do Barreiro, Maio-Junho de 1988.

de entre tarefas maternas e tarefas profissionais. É como que um estatuto que se associa ao estado da mulher adulta casada. Não significará, contudo, como pretendem alguns, uma simples adesão a um ideal ou a uma norma importada de outros meios. Na verdade, as origens e as posições sociais destes dois grupos de mulheres, esposas «domésticas» e esposas «activas», distinguem-se perfeitamente. Afinal, a adesão a essa norma, se acontece, não se faz por acaso ou indiferentemente. É favorecida ou, pelo contrário, desencorajada pelas condições materiais que marcaram as suas trajectórias sociais. Se não, vejamos.

Em primeiro lugar, existe uma relação significativa entre a «idade» da esposa, a sua «naturalidade» e a «condição perante o trabalho». Ser uma «doméstica» é um facto menos vulgar entre as camadas mais jovens de mulheres (com idade inferior aos 35 anos e, portanto, em plena fase de maternidade activa), enquanto é um comportamento maioritário entre as mulheres com idades superiores a 36 anos. Nesta franja, a percentagem de domésticas ascende a um valor de 56 %, enquanto na primeira se mantém nos 32 % (v. o quadro n.º 2). Pensando numa perspectiva de médio prazo, este é um resultado que nos faz crer que a taxa de actividade feminina se tenderá a manter em níveis altos nos próximos anos.

Por outro lado, e embora aqui as diferenças entre os diversos subgrupos não sejam tão acentuadas como sucedia com a variável anterior, é entre as esposas naturais do próprio concelho do Barreiro que se registam valores

A condição perante o trabalho segundo a idade: esposas dos operários

[QUADRO N.º 2]

Condição perante o trabalho	Idade	
	Até 35 anos	Mais de 36 anos
Doméstica	32,3	56,0
Activa	67,7	44,0
	100,0	100,0

* Inclui as mulheres que «exercem profissão» no momento ou as «reformadas» de uma actividade profissional anterior.

$$\chi^2 = 41,78981; \text{gl} = 1; \text{signif.} = 0,0000; N = 773.$$

Fonte: Inquérito à População Operária Activa do Barreiro, Maio-Junho de 1988.

de actividade profissional superiores a todos os outros⁵⁶. A leitura do quadro n.º 3 permite-nos confirmar esta afirmação. Em 69 % dos casos, as esposas barreirenses exercem profissão, contra os 50 % daquelas mulheres provenientes dos distritos do Norte e Centro interior do país ou dos distritos de Évora e Beja, por exemplo.

O quadro n.º 4 apresenta-nos, por sua vez, os resultados do cruzamento de duas outras variáveis: «a condição perante o trabalho» e a «habilitação escolar». A sua interpretação volta a ser clara: quanto mais alto for o nível de escolaridade da mulher, menor será a possibilidade de ela ser uma doméstica a tempo inteiro⁵⁷. Assim, as esposas que possuam o nível escolar 1, embora representem apenas 11,3 % do total da amostra, ficam, em 66 % dos casos, em casa. Ao invés, as esposas que conseguiram atingir um grau escolar superior ao primário (contingente que representa 36 % do total da amostra) são, em 75 % dos casos, mulheres «activas». A posse de um diploma escolar obtido num nível de ensino secundário, abrindo possibilidades acrescidas de uma ocupação profissional mais gratificante, encoraja, indiscutivelmente, a permanência ou mesmo a entrada das mulheres casadas no mercado de trabalho. São por isso justamente as esposas mais jovens e aquelas que nascem em meio urbano, franjas que já sabemos serem particular-

⁵⁶ A «naturalidade» era já uma variável explicativa da actividade feminina na geração anterior. As «mães» naturais do concelho do Barreiro apresentavam as percentagens máximas: foram, em 53 % dos casos, mulheres activas.

⁵⁷ Para as mães de Ego, o diploma escolar não revela esta importância decisiva na explicação do exercício da profissão. Na geração a montante dos operários, as duas variáveis, «habilitação escolar» e «condição perante o trabalho» da mãe, são até estatisticamente independentes. A confrangedora percentagem de mães que nunca chegaram a passar pela escola (ronda, recordemos, os 50 %) e, geralmente, os baixíssimos graus escolares da restante população feminina explicam, decerto, a inexistência daquela relação. A habilitação escolar passa, de facto, a ser discriminante quando as mulheres entram massivamente no aparelho escolar e se estabelece o fosso entre aquelas que ultrapassam ou as que ficam aquém do nível do ensino secundário.

mente favorecidas no acesso à escola, aquelas que mantêm, depois do casamento e até após a maternidade, uma profissão fora de casa.

A condição perante o trabalho segundo a naturalidade: esposas dos operários

[QUADRO N.º 3]

Condição perante o trabalho	Naturalidade		
	Barreiro	Norte/Centro interior Évora/Beja	Outra
Doméstica	31,0	50,0	47,8
Activa	69,0	50,0	52,2
	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 13,82159; \text{gl} = 2; \text{signif.} = 0,0010; N = 772.$$

Fonte: Inquérito à População Operária Activa do Barreiro, Maio-Junho de 1988.

A condição perante o trabalho segundo a habilitação escolar: esposas dos operários

[QUADRO N.º 4]

Condição perante o trabalho	Habilitações		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Doméstica	65,5	55,2	25,1
Activa	34,5	44,8	74,9
	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 75,89190; \text{gl} = 2; \text{signif.} = 0,0000; N = 773.$$

Nível 1: analfabeta, sabe ler e escrever sem grau de ensino, ensino primário incompleto (11,3 %).

Nível 2: ensino primário completo (53,2 %).

Nível 3: grau escolar superior ao do ensino primário (35,6 %).

Fonte: Inquérito à População Operária Activa do Barreiro, Maio-Junho de 1988.

Captamos ainda um outro e sugestivo sinal da distância que separa os dois grupos de mulheres se compararmos a distribuição das «profissões anteriores» daquelas domésticas que algum dia foram «activas» com as das que hoje ainda o são. A diferença não está propriamente no tipo de ocupações que aparecem num ou noutro grupo, já que são exactamente as mesmas. Está antes nos seus pesos relativos.

Assim, as «operárias industriais», ao reunirem cerca de 70 % dos efectivos, ocupam, no primeiro grupo, uma posição de primazia absoluta, a contrastar com o papel mais discreto com que se revelam no segundo (surgem aqui em $r = 2$ e correspondem a 31,5 %). Os ramos industriais que absorviam a maior parte desta mão-de-obra feminina que vem a abandonar a fábrica

são, de resto, três: a «indústria da confecção e do vestuário», «a indústria da cortiça» ou a «indústria têxtil pesada». Depois das operárias industriais, mas seguindo-as à distância, surge o «pessoal dos serviços aos particulares» (com uma percentagem de 13 %) e as «vendedoras e pessoal do comércio» (com 12 %). Pelo contrário, é insignificante a representação das «empregadas administrativas» (com apenas três casos, a contrastar com os 22,5 % com que surgem na população de actuais activas) e a das «profissões intermédias» (com um único caso, contra os 6,5 % da outra faixa de mulheres). Estamos perante resultados que não são, obviamente, alheios àqueles que obtivemos para a diferente afectação dos contingentes escolares femininos às duas condições perante o trabalho. São os grupos de profissões menos qualificadas aqueles que, afinal, predominam no passado de actividade das mulheres que hoje são domésticas. O abandono do mercado de trabalho parece, portanto, relacionar-se com o exercício anterior de ocupações operárias indiferenciadas, certamente pouco gratificantes, quer do ponto de vista económico, como até de carreira profissional. Pelo contrário, um emprego administrativo ou uma profissão intermédia são ocupações que tendem a prender as mulheres casadas a esse mercado.

As «domésticas» constituem, em suma, relativamente às esposas «activas», uma população socialmente mais desfavorecida; são mulheres mais velhas, não raro naturais de concelhos rurais do país, com magros dotes escolares e que, se algum dia «exerceram profissão» fora de casa, o fizeram sobretudo na indústria, em ocupações pouco qualificadas.

É, aliás, curioso realçarmos, de uma outra maneira, a desigualdade entre os dois contingentes femininos. Basta recorrermos novamente à variável «habilitação escolar», referida, desta vez, não à mulher, mas ao próprio operário, seu marido.

No quadro n.º 5 associamos precisamente a «condição perante o trabalho» da esposa com a «habilitação escolar» de Ego. Mantendo-se com valo-

A condição perante o trabalho segundo a habilitação escolar: mulher do operário

[QUADRO N.º 5]

Condição perante o trabalho	Habilitação escolar de Ego		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Doméstica	51,5	56,5	33,3
Activa	48,5	43,5	66,7
	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 40,54617; \text{gl} = 2; \text{signif.} = 0,0000; N = 774.$$

Nível 1: não sabe ler nem escrever, sabe ler e escrever sem grau de ensino.

Nível 2: ensino primário completo/incompleto.

Nível 3: curso secundário ou comercial/industrial completo/incompleto.

res abaixo dos 50 % nos dois primeiros subgrupos masculinos (nível 1 e nível 2), a percentagem de actividade feminina atinge justamente o seu máximo (67 %) entre as esposas daqueles operários que possuem o mais elevado grau de escolaridade — um curso comercial ou industrial, um curso secundário completo ou incompleto.

Da mesma maneira, são as esposas dos operários que possuem os ofícios mais qualificados (como «electricistas», «serralheiros mecânicos» e «civis», «mecânicos reparadores de máquinas», «operários químicos» mais jovens) aquelas em que se registam percentagens de actividade profissional acima dos 55 % — contra, por exemplo, as esposas de «embaladores/carregadores», «condutores de veículos de transporte», em que essa variável não atinge sequer os 40 %.

Podemos, assim, concluir que no actual meio operário barreirense a «doméstica» se revela, sem dúvida, como uma realidade produzida no contexto das suas franjas socialmente mais penalizadas — femininas ou masculinas. Mas a posição menos favorecida das donas de casa a tempo inteiro relativamente às mulheres profissionalmente activas prende-se, entretanto e de igual modo, com a firme distância que separa as suas origens sociais. Aqui também o peso das heranças transportadas do passado, por via familiar, parece assumir um papel decisivo na configuração do presente.

4.2. A MARCA DA ORIGEM SOCIAL

Nos quadros n.ºs 6 e 7 apresentamos o cruzamento da actual «condição perante o trabalho» da esposa do operário com as «profissões» do seu pai e mãe, primeiro, e, depois, com o respectivo tipo de «grupo doméstico de orientação».

A principal dicotomia estabelece-se, como vemos, entre as profissões dos pais agrícolas e as profissões não agrícolas. Assim, as filhas de «agricultor

A condição perante o trabalho segundo a profissão do pai e da mãe: mulher do operário

[QUADRO N.º 6]

Condição perante o trabalho	Profissão											
	Operário industrial		Agricultor		Trabalhador agrícola		Comerciante		Empregado dos serviços aos particulares		Empregado administrativo	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Doméstica	41,2	35,2	53,3	53,4	60,6	56,7	38,6	15,4	43,3	36,8	36,4	26,3
Activa	58,8	64,8	46,7	46,6	39,4	43,3	61,4	84,6	56,7	63,2	63,6	73,7
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Pai: $\chi^2 = 20,97598$; gl = 5; signif. = 0,0008; N = 705.

Mãe: $\chi^2 = 24,52088$; gl = 5; signif. = 0,0002; N = 380.

Fonte: Inquérito à População Operária Activa do Barreiro, Maio-Junho de 1988.

res» e de «trabalhadores agrícolas» ou mesmo de «camponeses parciais» acusam taxas de actividade substancialmente inferiores às restantes, filhas de «operários industriais», de «comerciantes», de «empregados dos serviços aos particulares» ou de «empregados administrativos», ocupações predominantemente urbanas. Registamos, no primeiro grupo, percentagens de actividade na ordem dos 60 %, enquanto no segundo elas baixam, em média, para os 45 %.

A condição perante o trabalho segundo o tipo de grupo doméstico de orientação: mulher do operário

[QUADRO N.º 7]

Condição perante o trabalho	Pai operário + mãe doméstica	Pai operário + mãe operária	Pai operário + mãe empregada doméstica	Pai e mãe trabalhadores agrícolas	Pai e mãe agricultores	Pai e mãe camponeses parciais	Pai e mãe emp. comerc./ serviços administ.
Doméstica	42,5	31,5	36,4	63,3	54,4	53,8	38,1
Activa	57,5	68,5	63,6	36,7	45,6	46,2	61,9
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 30,58946; \text{gl} = 6; \text{signif.} = 0,0000; N = 680.$$

Fonte: Inquérito à População Operária Activa do Barreiro, Maio-Junho de 1988.

Ao contrário do que tem sido demonstrado para outros meios sociais⁵⁸, não encontramos, por outro lado, aqui qualquer relação significativa entre a condição de trabalho da esposa do operário e a da sua mãe ou mesmo a da sua sogra. No entanto, podemos admitir, voltando ao quadro n.º 7, que, entre as famílias de orientação operária, as filhas de pai e mãe com profissões na indústria registam, apesar de tudo, taxas de actividade superiores às filhas de pai operário e mãe doméstica (68,5 %, contra 57,5 %).

⁵⁸ Referimo-nos, entre outros, a sucessivos trabalhos de um autor como G. Menahem sobre «actividade» e «inactividade feminina», resultantes também de um tratamento estatístico de dados produzidos por grandes inquéritos nacionais realizados em França. O autor demonstra que a actividade profissional da mulher num casal com filhos está fortemente dependente de dois «tipos de influências passadas: a primeira faz intervir os pais, através do exemplo que deram ou então pelos capitais e os recursos que transmitiram. A segunda diz respeito às influências provenientes da família dos sogros. O peso destas duas influências não é, aliás, idêntico: o passado profissional da sua sogra, em primeiro lugar, e, depois, o da sua própria mãe são determinantes na «decisão de actividade das mulheres» [cf. G. Menahem, «Activité féminine ou inactivité: la marque de la famille du conjoint», in *Économie et statistique*, 1988 (211), pp. 49-56; cf. ainda, do mesmo autor, «L'activité professionnelle des femmes a augmenté les chances de réussite de leurs enfants», in *Économie et statistique*, 1988 (211), pp. 45-48, «Les mutations de la famille et les modes de reproduction de la force du travail», in *L'Homme et la société*, 1979, 51-54, pp. 63-101, e «Les rapports domestiques entre femmes et hommes s'enracinent dans le passé familial des conjoints», in *Population*, 1989 (3), pp. 515-530]. No nosso caso, os cruzamentos dessas três variáveis («condição perante o trabalho da esposa», «condição perante o trabalho da mãe» e «condição perante o trabalho da sogra») não revelaram resultados de associação estatisticamente conclusivos.

Não esqueçamos, entretanto, que aqueles dois grandes universos de ocupações, agrícolas e não agrícolas, recobrem uma dicotomia determinante na geração anterior: a que diz respeito à «habilitação escolar». Já sabemos que os pais (ou mães) que exercem profissão em meio rural constituem, neste aspecto, uma população francamente desfavorecida relativamente aos pais (ou mães) que a exercem em meio urbano, sistematicamente detentores de níveis de escolaridade mais elevados⁵⁹. Essa desigualdade vem a reflectir-se nos destinos sociais da geração seguinte, e nomeadamente no das mulheres. Deste modo, as filhas que alcançam os melhores graus de escolaridade e que prosseguem uma actividade no mercado de trabalho após o casamento provêm, regra geral, do contingente de pais mais qualificados.

Se a figura da doméstica a tempo inteiro é uma realidade que toma o seu sentido pleno em meio urbano, os resultados do nosso inquérito permitem-nos agora concluir que as domésticas nestas famílias operárias são, regra geral, mulheres com uma trajectória iniciada em meio rural. A montante, provêm de meios relativamente exteriores à condição operária. Nasceram numa família do campo e experimentaram um processo migratório para a cidade industrial. Ao contrário das esposas naturais do Barreiro e provenientes de fileiras operárias ou pelo menos não agrícolas, mas já instaladas no concelho, os menores dotes escolares e até sociais daquelas colocam-nas numa posição de maior vulnerabilidade e fragilidade face ao mercado de trabalho. O leque de empregos que lhes é acessível apresenta-se naturalmente mais fechado. Limitam-se, no fundo, aos tradicionais ramos industriais locais, feminizados, e que não oferecem, seguramente, a possibilidade de uma carreira profissional ascendente ou de um salário atraente. Alguns deles, aliás (nomeadamente o sector têxtil da CUF e a cortiça), foram vítimas de apreciável recessão nos últimos vinte anos. Casadas com operários que, no panorama português, constituem uma elite profissional e que mantêm com a fábrica uma relação sólida e estável, estas esposas tendem, portanto, a desenharem no mercado de trabalho uma trajectória de passagem fugaz ou a ficar simplesmente fora dele. São domésticas, não tanto por vocação, mas sobretudo em resultado de uma origem e de uma posição social algo desfavorecidas.

O contrário sucede com as esposas provenientes de meios urbanos, as filhas de famílias operárias já acomodadas no tecido económico do concelho industrial. Elas são, regra geral, mulheres que herdaram e alcançaram dotes escolares mais elevados, vantagem que lhes possibilita o acesso a sectores de actividade modernos e as encoraja a manter uma ocupação profissional depois do casamento e mesmo após a maternidade. Exercem-na, além disso, maioritariamente, em sectores distintos do trabalho industrial, alguns dos quais conhecem uma expansão considerável na região da Grande Lisboa desde a década de 70: a administração pública, os serviços de educação e de saúde ou o comércio.

⁵⁹ Resultado obtido no *Inquérito à População Operária Activa do Barreiro*, Maio-Junho de 1988.

5. EM SUMA

Tanto no passado como no presente, a «doméstica» operária não é nem uma realidade generalizada no universo operário do Barreiro nem tão-pouco uma condição que se distribui (ou herda) indiferentemente pelo seu contingente feminino ou mesmo o conjunto das suas famílias.

No passado notámos que uma relação frágil, precária e intermitente com a fábrica impõe ao grupo doméstico corticeiro uma estratégia de sobrevivência, na qual a entrada de homens e mulheres no mercado de trabalho, a troca de um salário, é relativamente generalizada e indiscriminada. Já a consolidação e regularização desse laço da família à fábrica encoraja o grupo doméstico a reconverter estratégias e a fixar diferentemente os lugares masculinos e femininos dentro e fora de casa. A elite operária da CUF protagoniza justamente essa reconversão; numa estratégia de promoção de posições herdadas, a entrada ou a permanência das mulheres casadas no mercado de trabalho torna-se mais selectiva. Uma franja menos qualificada desta população feminina afasta-se, assim, definitivamente, do universo dos empregos assalariados. Surgem, agora sim, a par de um outro conjunto de esposas empregadas, domésticas a tempo inteiro. A realidade do seu quotidiano, porém, afasta-as decididamente da imagem de «inactividade» ou «ociosidade» que não raro representa a figura da doméstica burguesa⁶⁰. A mesma palavra esconde, portanto, situações concretas diferentes.

Nos dias de hoje, por fim, notámos como posições e origens sociais, mais ou menos favorecidas, mais ou menos exteriores à condição operária, distinguem também claramente as esposas domésticas das esposas com um emprego. São resultados que, em nosso entender, não só evidenciam a heterogeneidade interna deste meio social, como também problematizam seriamente as teses que encaram a domesticidade popular como o resultado de uma cópia ou da inculcação de valores familialistas burgueses. Em última análise, e mesmo admitindo a possibilidade da difusão dessas representações ou a existência (e sobretudo a eficácia) dessa política, é um determinado tipo de trajectória social (e não só uma vocação ou um ideal) que condiciona a realidade da esposa doméstica. Ficar em casa após o casamento é, antes de tudo, nestas famílias operárias, o sinal de uma desvantagem social.

⁶⁰ «Inactividade» e «ociosidade» que, todavia, têm sido mais teoricamente enunciadas do que propriamente comprovadas em confronto com realidades empíricas concretas.